

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA – LASEB

Lidiane Marques Vieira Santos

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI): CONSTRUÇÃO
COLETIVA E DIALÓGICA NA BUSCA POR MELHORIAS**

Belo Horizonte

2025

Lidiane Marques Vieira Santos

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI): CONSTRUÇÃO
COLETIVA E DIALÓGICA NA BUSCA POR MELHORIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Inclusão escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Cristina de Souza

Belo Horizonte

2025

S237p
TCC

Santos, Lidiane Marques Vieira, 1978-
Plano de desenvolvimento individual (PDI) [manuscrito] :
construção coletiva e dialógica na busca por melhorias / Lidiane Marques
Vieira Santos. -- Belo Horizonte; Itabirito, 2025.
46 p. : enc., il., color.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Aline Cristina de Souza.

Bibliografia: f. 43-44.

Apêndices: f. 45-46

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Educação especial.
4. Educação inclusiva. 5. Inclusão em educação. 6. Planejamento
educacional. 7. Adaptação escolar. 8. Ensino individualizado.
9. Currículos -- Planejamento. 10. Educação e Estado.

I. Título. II. Souza, Aline Cristina de. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.207

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMAO SEXTO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “Plano de desenvolvimento individual (PDI): construção coletiva e dialógica na busca por melhorias”, do(a) aluno(a) **Lidiane Marques Vieira Santos**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Aline Cristina de Souza (orientador) e Isabella Xavier de Freitas. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a)

Lidiane Marques Vieira Santos
Lidiane Marques Vieira Santos

Registro na UFMG: 2024694491

Aline Cristina de Souza
Profa. Dra. Aline Cristina de Souza
Orientador(a)

Isabella Xavier de Freitas
Profa. Ms. Isabella Xavier de Freitas.
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir ter coragem e força de vontade para progredir em meus estudos. O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda e apoio de um grupo extenso de pessoas com as quais eu convivo.

Agradeço a todos os meus professores do curso de pós graduação e, em especial, a Aline Cristina de Souza por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

“Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”.

(Maria Teresa Eglér Mantoan)

RESUMO

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) consiste em um plano de ação que tem como objetivo aprimorar e desenvolver habilidades e comportamentos. Ao longo da última década o PDI ganhou destaque por ser um documento legal no respaldo ao processo de desenvolvimento integral do público-alvo da educação especial, utilizado de forma consistente no cenário educacional. Tendo como finalidade planejar as ações pedagógicas, auxiliando na flexibilização e adaptação curricular do aluno com deficiência, de modo a garantir um ambiente inclusivo, de acordo com o currículo desenvolvido pela Rede Municipal de Ensino. Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo identificar possibilidades de melhorias no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a partir da percepção de docentes e profissionais da educação. A pesquisa abordou questões relevantes em relação a elaboração, preenchimento e responsabilidade acerca do documento e todos os parâmetros que envolvem sua execução. Foram entrevistados professores atuantes do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino Público de uma cidade do interior de Minas Gerais. Foram abordados temas como adequações em relação ao tamanho, organização das informações, participação e assinatura vigente de todos os professores envolvidos, conhecimento sobre a existência do documento e participação do professor AEE na elaboração e condução do documento. Os resultados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo. Como conclusão, pode-se considerar que PDI é um instrumento que de fato auxilia no processo de inclusão e na construção das práticas pedagógicas de forma individualizada, respeitando as especificidades do aluno com deficiência, mas ainda precisa de melhorias em sua estruturação e da colaboração de todos os envolvidos em sua construção para que a inclusão seja efetiva em todos os ambientes da instituição escolar.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar; Plano de Ensino Individualizado; Educação Especial.

ABSTRACT

The Individual Development Plan (IDP) consists of an action plan that aims to improve and develop skills and behaviors. Over the last decade, the IDP has gained prominence as a legal document that supports the comprehensive development process of the target audience of special education, used consistently in the educational setting. Its purpose is to plan pedagogical actions, assisting in the flexibility and curricular adaptation of students with disabilities, in order to guarantee an inclusive environment, in accordance with the curriculum developed by the Municipal Education Network. In view of the above, the present study aimed to identify possibilities for improvements in the Individual Development Plan (IDP), based on the perception of teachers and education professionals. The research addressed relevant issues regarding the preparation, completion and responsibility for the document and all the parameters involved in its execution. Active Elementary School I teachers from the Municipal Public Education Network of a city in the interior of Minas Gerais were interviewed. Topics addressed included adjustments in terms of size, organization of information, participation and current signature of all teachers involved, knowledge about the existence of the document, and participation of the AEE teacher in the preparation and implementation of the document. The results obtained were subjected to content analysis. In conclusion, it can be considered that the PDI is an instrument that in fact helps in the process of inclusion and in the construction of pedagogical practices in an individualized manner, respecting the specificities of students with disabilities. However, it still needs improvements in its structure and the collaboration of all those involved in its construction so that inclusion is effective in all environments of the school institution.

Keywords: School Inclusion; Individualized Teaching Plan; Special Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Informações contidas no PDI	30
Quadro 2. Período de adaptação	32
Quadro 3. Desafios no preenchimento do PDI.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Atuação junto ao estudante PAEE	27
Figura 2. Conhecimento acerca da existência do documento PDI	28
Figura 3. Conhecimento acerca do preenchimento do PDI.....	29
Figura 4. Localização das informações sobre o período de adaptação e manejo	32
Figura 5. Importância de todos os profissionais envolvidos no preenchimento do PDI...34	
Figura 6. Segurança durante todo o processo de preenchimento do PDI.....	35
Figura 7. Diálogo entre docentes na escola no preenchimento do PDI.....	38
Figura 8. Diálogo eficiente	39
Figura 9. Tamanho do PDI	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PAEE – Público Alvo da Educação Especial.....	13
TEA – Transtorno do Espectro Autista	13
T21 – Trissomia 21.....	13
PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	15
PDI - Plano de Desenvolvimento Individual.....	13
PEI - Plano Educacional Individualizado	15
LBI – Lei Brasileira de Inclusão.....	15
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	17
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....	17
AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente.....	19
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.....	19
ONG – Organização Não-governamental	19
SRMs – Salas de Recurso Multifuncional.....	20
AEE – Atendimento Educacional Especializado.....	20
TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento	22
ONU – Organização das Nações Unidas.....	22
CEMAE – Centro Municipal de Atendimento	26

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
1.1. Objeto	16
1.2. Problema de pesquisa	16
1.3. Hipótese	16
1.4. Objetivos.....	17
1.4.1. Objetivo geral	17
1.4.2. Objetivos específicos.....	17
1.5. Justificativa	17
SEÇÃO 1 – A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	19
SEÇÃO 2 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL – PDI	22
SEÇÃO 3 – METODOLOGIA	24
3.1. Cenário	25
3.2. Participantes	25
3.3. Instrumentos	26
3.4. Coleta de dados	26
3.5. Análise de dados	26
SEÇÃO 4 – Resultados e discussão	27
4.1. Atuação junto ao público-alvo da educação especial (PAEE)	27
4.2. Conhecimento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) na escola	28
4.3. Estrutura e preenchimento do documento em cada semestre.....	29
4.4. Período de adaptação e manejo	31
4.5. Envolvimento eficiente durante o processo de preenchimento	33
4.6. Segurança e conhecimento do documento em sua totalidade	35
4.7. Diálogos entre professor regente e professor de sala de recursos	37
4.8. Extensão do documento.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

APRESENTAÇÃO

Nasci em 1978, na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais. O município de Itabirito passou a ser meu lar em 1996, quando mudamos em busca de melhores condições de trabalho para meu pai. Sou a segunda filha de três irmãos, com pai motorista e mãe inicialmente dona de casa, pelas desventuras da vida familiar e financeira, com os filhos na idade entre 9 e 13 anos, retornou os estudos para formação em técnica de enfermagem.

Em comparação aos dias atuais, minha adolescência foi tranquila. Não havia câmeras de vigilância, internet e redes sociais. Éramos jovens experienciando a vida e experimentando a juventude nas praças, bailes e festas americanas. Não era das alunas mais calmas e estudiosas, minha dificuldade em manter o foco de atenção confundia-se com a rapidez em escrever e na criatividade exacerbada.

Atuando ainda como secretária em uma clínica médica, com apoio financeiro de minha mãe, iniciei os estudos no Curso de Pedagogia na cidade de Congonhas. Concluí meus estudos em 2005, mesmo ano que perdi minha mãe.

Minha carreira na Educação Infantil iniciou-se em 2004, e tornou-se até então, o estímulo necessário para prosseguir o caminho dos estudos. Em janeiro de 2006, juntamente com meus familiares, comemorei a vitória de concluir a graduação. A primeira filha a adquirir um diploma de curso superior.

Já na educação pública da cidade de Itabirito, iniciei minha experiência na sala de aula com alunos na fase da alfabetização, atuando como professora. E como aprendi em meu primeiro ano, com dificuldades em desenvolver as atividades com as disciplinas, pedi apoio a supervisora pedagógica da escola que prontamente me entregou uma avaliação já pronta e formatada. Quando indaguei a ela e a diretora que gostaria de ajuda para elaborar, fui levada a sala da direção com porta a trancada e ouvi frases como: “Não sabia que não era capaz”. “Reclamou que não te ajudei, não pensei que tivesse que fazê-lo, achei que não fosse tão burra”. Com apenas dois anos na profissão, minha incapacidade de compreender a hierarquia e o famoso “deixa pra lá” não me calei. Ganhei um desafeto na escola onde tudo era assinado, analisado e devolvido para correção.

Fui demitida em novembro. Em fevereiro, readmitida e, de acordo com a secretária de educação na época, iria trabalhar na Zona Rural, este seria o meu castigo. Exerci muito bem minha profissão e após a gestação do meu primeiro filho, em 2010, retornei para a mesma escola. Dessa vez com outra diretora, ciente que minha licença estava acabando pediu que retornasse.

Em 2011, engravidei de meu segundo filho e no ano seguinte, sendo contratada, ganharia a oportunidade de ficar como eventual, porém fui chamada para trabalhar como supervisora pedagógica na Escola Municipal Natália Donada Melillo. Um lugar que aprendi muito como professora e supervisora, nesta escola percebi o quanto era capaz e o quanto sabia exercer a profissão que havia escolhido.

Estive com supervisora e com os processos seletivos voltei para sala de aula. Trabalhei com turmas do 1º ano, como amo essa fase e idade. Ensinar o aluno a ler e escrever, enxergar o mundo através dos números e letras é muito gratificante.

Quando veio a pandemia, deparei-me com a realidade de trabalhar em casa, com muito esforço e contra todas as outras professoras do meu segmento, incentivei o trabalho com a produção de vídeos e áudios. Nós brilhamos e meu vídeo foi visto por pessoas que nem imaginava. Após a pandemia, ainda com o contrato de professora fui chamada para exercer a função de supervisora.

A escola recebeu um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela primeira vez por volta de 2015. Um desafio transformador que com todo apoio da diretora escolar conseguiu visibilidade na Rede e levou outras famílias a procurarem a instituição. Hoje temos uma gama de estudantes PAEE frequentando os dois turnos da escola, com diferentes características e laudos. Os alunos são nossos melhores professores, nos ensinam a esperar, a acelerar, a parar, repensar, aceitar e a continuar.

Em 2023, a escola recebeu nas turmas do 1º ano: um aluno com Síndrome de Down (T21), um aluno com Altas Habilidades/Superdotação (que foi realocado no 2º ano), um aluno Transtorno do Espectro Autista (TEA) severo e não verbal, além de um aluno com Deficiência Intelectual (DI). Cada qual com suas particularidades e necessidades. Todos os pais e responsáveis foram chamados para conversar ainda no início do ano, para preenchimento do PDI e para registro de orientações e observações relacionadas a cada indivíduo.

Um desafio é a diferença de laudos, as dinâmicas individuais e o apoio às professoras regentes, assustadas com a quantidade de alunos. Todos os alunos de uma instituição escolar são fonte inesgotável de conhecimento e a bagagem que trazem consigo nos ensinam a ser e ter família. Ninguém aprende mais que um professor em sala de aula, não há até hoje, profissão mais digna de reconhecimento do que o professor que forma todos os outros profissionais. E como é gratificante ser reconhecido e ver o quanto foi importante fazer parte da vida de um aluno. Cada aluno carrega consigo uma bagagem de conhecimento e necessidades, somos agentes transmissores de conhecimento, porém o que adquirimos é muito mais valioso.

A pesquisa, os estudos e a busca pela melhor adaptação e aprendizagem desses alunos tornaram-se necessária, para que a inclusão realmente acontecesse no ambiente escolar. A pós-graduação em uma instituição renomada veio fomentar a busca por conhecimento em prol da realidade vivenciada em todas as instituições escolares.

Em uma nova realidade, torno-me hoje uma profissional efetiva da prefeitura no cargo de secretária escolar.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade presente na sociedade requer uma educação pautada, sobretudo, em uma perspectiva inclusiva, constituindo-se como o eixo norteador das práticas e ações no sistema de ensino que contribuem para que além do acesso, garanta a permanência com a aprendizagem efetiva de todos.

Implantada em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) apresenta elementos significativamente relevantes para o processo de inclusão escolar, proporciona diretrizes com relação ao currículo e adaptações necessárias para a efetivação da aprendizagem.

Nesta perspectiva, delimita-se como fundamental o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), também conhecido como Plano de Ensino Individualizado (PEI)¹. Este documento tem como objetivo orientar, acompanhar e desenvolver o ensino voltado para estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE)² a partir das suas especificidades.

O PDI apresenta estrutura e funcionamento pautado na individualidade do educando, descreve medidas de acessibilidade voltadas para o ensino, priorizando a inclusão em sua totalidade, é composto por estratégias, avaliação e procedimentos delimitados pelo professor regente, professor da área de Educação Especial e de todos os profissionais da escola que atuem diretamente com o estudante.

O caminho empreendido nesse processo é situar autores que contribuem significativamente tanto na importância de um currículo adaptado para o desenvolvimento do aluno como também, no caminho que deve ser percorrido pela instituição que se compromete em oferecer as condições necessárias para que cada aluno desenvolva o seu potencial.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), os sistemas de ensino deverão assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Outro aparato legal encontra-se na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015), que estabelece planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e

¹ Neste estudo será utilizada a nomenclatura de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), devido a seu uso já delimitado no município em que a pesquisa está sendo realizada.

² Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) delimita-se público-alvo da educação especial – pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. Dessa forma, os alunos PAEE encontram-se respaldados, legalmente, para um processo de ensino e aprendizagem significativo, mas, ainda assim, é possível observar lacunas, bem como a falta de diálogo entre o documento e a prática realizada em instituições educacionais.

1.1. Objeto

O presente estudo tem por objeto de investigação o Plano de Desenvolvimento individual (PDI). Este consiste em um importante documento que norteia o processo integral do estudante PAEE incluído na escola regular, além disso, trata-se de uma ferramenta que auxilia todos os profissionais envolvidos no percurso de escolarização.

Somado a isso, ele ajuda a identificar os pontos positivos e negativos relacionados à aprendizagem da criança na escola. Permite definir metas e estratégias que serão abordadas nas diferentes habilidades a serem exploradas de acordo com a realidade e necessidade de cada educando.

1.2. Problema de pesquisa

O presente estudo tem como problema de pesquisa:

- Quais as possíveis melhorias que podem ser realizadas no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE)?

1.3. Hipótese

Acredita-se que o atual modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) necessite de ajustes em determinadas áreas e aspectos que são relevantes para o processo de conhecimento, planejamento e execução junto ao estudante PAEE.

O documento precisa nortear o trabalho no decorrer do ano vigente e nortear o trabalho do professor regente do próximo ano em relação ao manejo e adaptação do aluno.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral

O presente estudo tem por objetivo identificar possibilidades de melhorias no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a partir da percepção de docentes e profissionais da educação.

1.4.2. Objetivos específicos

- Descrever o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) utilizado atualmente pelo município participante;
- Compreender as lacunas existentes no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) em vigência;
- Indicar possíveis áreas de melhorias e contribuições do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a partir das percepções de docentes e profissionais da educação;
- Apresentar sugestões e/ou possibilidades complementares no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

1.5. Justificativa

A última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados do módulo Pessoas com deficiência, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), encomendada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, os resultados revelaram que existem, atualmente, cerca de 18,9 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, um total de 8,9% da população total do país, possui algum tipo de deficiência no Brasil (Brasil, 2023).

A partir desses dados estatísticos, compreende-se a necessidade de ações no cenário educacional que ampliem as possibilidades exitosas na trajetória acadêmica de pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é uma ferramenta considerada fundamental no processo de inclusão escolar, pois planeja todo o processo de ensino e aprendizagem de alunos PAEE. Seu uso, ainda coloca em prática, o artigo 208 e 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que garante a formação, desenvolvimento e acessibilidade de estudantes de inclusão na escola (Souza, 2017).

Através da Lei 13.146/2015, observa-se que a construção do PDI é de suma importância, uma vez que auxilia na identificação de fatores que interferem no seu ensino e aprendizagem, e quais adaptações precisam ser utilizadas para o seu melhor desenvolvimento escolar. Para que seja completo, este documento deve ser elaborado por toda equipe escolar em consonância com os especialistas que atendem a criança.

No PDI constam informações relevantes para o conhecimento e atuação do docente, como características de diagnóstico, necessidades diárias, demandas de suporte e seus níveis, cuidados específicos, dentre outros aspectos.

Diante do exposto, compreende-se que esse estudo é importante porque o PDI não é apenas um documento, mas sim um plano de ação que apresenta desenvolvimento contínuo no processo de adaptação, adequação, interação e conhecimento gerado em prol do e para o aluno. Seu preenchimento pode ser realizado de forma simplificada considerando as particularidades e necessidades de cada educando.

O PDI de um aluno começa com a adaptação ao novo ambiente, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica, segue com um planejamento e plano de ações voltadas para as necessidades e habilidades do educando, efetiva-se por meio de ações interventivas delimitadas para mudar a realidade idealizada inicialmente.

Nesse sentido, o PDI marca um roteiro de ações interventivas, - diagnóstico, planejamento, ensino sistematizado - para escrever uma história ideal e promissora, na vida escolar do aprendiz.

SEÇÃO 1. A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Historicamente, o processo educacional no Brasil foi um espaço caracterizado por políticas e práticas que legitimavam a exclusão de grupos e indivíduos de diferentes raças, etnias e com deficiências, ou seja, sujeitos que não se encaixavam nos padrões estabelecidos pela sociedade da época, identificados como minorias.

É sabido que a Educação Especial sempre esteve à margem da educação brasileira e, neste cenário, as escolas especiais foram importantes nos avanços pela garantia de direitos das pessoas com deficiência e, posteriormente, ao acesso à educação.

Januzzi (1992), em seu levantamento sobre a história da Educação Especial no Brasil, concluiu que sua origem se deu basicamente em instituições, com atendimento registrado em São Paulo, desde 1600, ainda no Brasil Colônia, e que foi se expandindo timidamente. Embora a Constituição de 1824, primeira no país, promettesse a educação primária e gratuita a todos, esta foi relegada ao esquecimento. Januzzi (1992) aponta que:

A educação popular, e muito menos a dos “deficientes mentais”³, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente não eram considerados “deficientes”; havia lugar, havia alguma tarefa que executassem. A população era iletrada em sua maioria, chegando a 85% o número de analfabetos, entre todas as idades (p.23).

Nas décadas de 60 e 70 o atendimento educacional de alunos com deficiência apresentou pequenas modificações, resultantes da luta por efetivação de seus direitos enquanto pessoas e, principalmente, pelo processo de democratização da educação.

A idéia da integração surgiu para enfrentar a prática da exclusão social que percorreu vários séculos. Todavia a segregação continuou sendo praticada. A idéia era prover serviços possíveis, uma vez que a sociedade não aceitava receber tais pessoas nos serviços existentes na comunidade.

A passos lentos, as ONGs foram incluindo e atuando como agente colaborador, nessa perspectiva tem-se a Sociedade Pestalozzi, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), instituições que foram fundamentais na luta por direitos e, principalmente, no direito à educação.

Em 1988, com a Constituição Federal, os direitos à educação se tornaram consolidados, com a universalização do acesso e a proposta discursiva de um ensino para todos. Em, 1994,

³ Nomenclatura utilizada pela autora (Januzzi, 1992).

com a Declaração de Salamanca, inicia-se uma longa caminhada para o movimento de Inclusão Escolar, no qual busca garantir o direito à educação de pessoas com deficiência na rede comum de ensino. Mas é somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394 (Brasil, 1996), que a Educação Especial se funde à Educação, enquanto modalidade de ensino e com direitos previamente estabelecidos na legislação.

Desse modo, entende-se que a inclusão consiste em um processo educacional através do qual, todos os alunos, com deficiência ou não, devem ser educados conjuntamente, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino comum regular.

A partir deste movimento, muitos documentos legais foram sendo elaborados com a proposta de inclusão escolar. Especificamente, no ano de 2008, foi constituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que apresenta em seu texto os marcos normativos da educação inclusiva e um diagnóstico da Educação Especial a nível nacional, reconhecendo que práticas discriminatórias precisam ser confrontadas.

Em 2008, surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) – que caracteriza a educação especial, seu público-alvo, os docentes que atuarão neste segmento, além de definir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as salas de recursos multifuncionais (SRMs), dentre outros elementos. Este documento é norteador para toda a educação básica.

A partir disso, o movimento de inclusão escolar se torna um processo que vem sendo realizado. Lê-se processo porque ainda não está efetivado conforme os moldes dos documentos legais, ou seja, possibilita o acesso a todas as pessoas com deficiência, mas não garante permanência e qualidade de ensino para efetivar a aprendizagem.

Entretanto, há que se ressaltar que o ganho e crescimento se faz perceptível e notório, uma vez que os números de matrículas na rede regular de ensino se tornaram expressivos ao longo das últimas duas décadas.

Após 2008, muitas outras legislações foram sendo elaboradas e aplicadas com foco na educação especial, inclusão escolar e garantia de direitos para a pessoa com deficiência. Um dos documentos importantes neste cenário consiste no Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no qual Promulga a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova York.

Nesta mesma perspectiva da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem-se a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Trata-se da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), esta

visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades para a pessoa com deficiência.

Observa-se que os dois documentos legais [Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão] atuam com direcionamentos próprios, ou seja, descrever e garantir os direitos das pessoas com deficiência, há que se ressaltar que o foco de ambos os documentos consiste na inclusão social do sujeito deficiente, abrangendo diferentes perspectivas que o compõem enquanto ser social [saúde, educação, lazer, expressão, liberdade, etc.]. trata-se, portanto, de uma luta constante e atual, que demonstra que mesmo com a garantia do acesso, o movimento ainda não se consolidou, uma vez que o ensino de qualidade e a garantia de permanência não se fazem efetivos. Todavia, para que se chegue a isso, delimita-se como fundamental ajustes e adaptações no currículo desenvolvido na sala de aula comum e um plano individual, para que essa criança possa se desenvolver integralmente, levando em consideração a sua especificidade no processo de ensino e de aprendizagem contínuo, em prol do desenvolvimento das habilidades e particularidades da criança.

SEÇÃO 2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), foi implementada no Brasil com o objetivo de orientar e conduzir de forma eficiente o trabalho relacionado à Educação Especial, especificamente, ao movimento de inclusão escolar.

O documento legal ratifica o compromisso firmado na Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) de que a sala de aula comum é fundamental para a convivência escolar de todas as pessoas, principalmente as crianças, sejam elas PAEE ou não. A equipe escolar deve estar à frente e engajada em permitir que as barreiras que prejudicam a consolidação da escolarização do educando sejam sanadas e suas necessidades atendidas durante todo processo educacional da criança.

A política supracitada apresenta diferentes elementos que compõem e regulamentam o cenário da Educação Especial no país, dentre tais elementos está o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Este consiste em um documento norteador, organizado e delimitado com objetivos e estratégias de ensino e aprendizagem, considerando as especificidades, habilidades e individualidades dos estudantes.

O PDI consiste em uma ação viabilizadora do processo inclusivo, no qual se elabora conjuntamente com o (s) docente (s) da rede regular de ensino, equipe pedagógica, familiares e aluno PAEE o planejamento curricular adaptado para o aluno. Portanto, individual, a partir das características apresentadas pelo aluno (Glat; Vianna; Redig, 2020). Trata-se, então, da adaptação do currículo proposto para todos os alunos com desenvolvimento típico, considerando as especificidades do aluno PAEE, no qual adequa-se este currículo tão abrangente a partir das suas potencialidades e limitações. Portanto, no PDI adapta-se os objetivos e conteúdos dispostos, suprimindo ou ampliando a partir do diagnóstico apresentado pelo aluno e da sua avaliação previamente realizada.

A adaptação, neste sentido, possui caráter supressor ou ampliador de objetivos, no qual o PEI suprime/diminui os objetivos do currículo regular, a fim de que o aluno com deficiência ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) consiga acompanhar [considerando suas potencialidades e limitações], ou o PEI amplia os objetivos do currículo regular, considerando a necessidade dos alunos com altas habilidades/superdotação.

Parte-se do conhecimento prévio do aluno, da sua área de interesse. Não se realiza e estrutura o PDI verticalmente, mas sim horizontalmente, por meio de encontros com todos os agentes envolvidos, ou seja, demanda tempo, estudo e disposição de todos.

Impera, neste processo educativo, a escuta ativa e o trabalho colaborativo. O primeiro conceito remete-se a escutar ativamente todos os sujeitos envolvidos no processo de elaboração do PDI [aluno, família, docente (s), educador especial, equipe pedagógica] – a estruturação do planejamento deve ser pautada no conhecimento do (s) docente (s) envolvidos e da equipe pedagógica – que irão, em colaboração com o educador especial, traçar o caminho a ser desenvolvido. Somado a isto, tem-se a necessidade de escutar a família e o próprio aluno, muitas vezes são os detalhes apresentados nestas conversas e encontros do PDI que auxilia todo o processo de ensino e aprendizagem.

A partir da estruturação do PDI torna-se necessário pensar na sua aplicabilidade, nesta fase o planejamento deve ser colocado em prática. Adapta-se não somente o conteúdo, mas também o método aplicado, a atividade proposta, dentre outros elementos. Diante do exposto, compreende-se que o PDI abrange a adaptação curricular e, dentro desta, insere-se método, recursos, tempo, materiais que podem contribuir para a aprendizagem do aluno. Há que se ressaltar que o PDI deve ser realizado anualmente, a cada transição do aluno para o próximo ano. Novas avaliações se fazem necessárias para que se observe o que se conseguiu adquirir de conteúdo, o que é preciso retomar e o que é necessário realinhar, alterando ou inserindo novos conteúdos e conceitos.

Consequentemente, a aplicabilidade do PDI acarreta em uma flexibilização constante, uma vez que a avaliação deve permear todo o processo do aluno, reavaliando sempre que necessário e modificando o que for preciso.

SEÇÃO 3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Por natureza qualitativa delimita-se a objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (Silveira; Córdova, 2009).

Enquanto que, por cunho exploratório, descreve-se àquela pesquisa utilizada quando não existe trabalho científico anterior, pois fundamentalmente se está buscando um conhecimento maior sobre o tema, uma vez que este não foi ainda objeto de pesquisa. Também a pesquisa exploratória é utilizada para casos em que, por falta de familiaridade com o problema de pesquisa, necessita-se de um estudo que oriente a direção a ser seguida, como em alguns casos específicos dentro de uma organização, embora muitas vezes possam existir teorias e conhecimentos a respeito do tema em questão. Com relação à formulação de hipóteses, estas poderão surgir no decorrer do trabalho, mas não é um elemento fundamental dessa modalidade de pesquisa (Fernandes; Gomes, 2003).

Já as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que se registra etc. Serão incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (Gil, 2002).

3.1. Cenário

A pesquisa foi realizada em um município de médio porte, localizada no interior do estado de Minas Gerais (MG). A Rede Municipal conta com uma instituição especial, 31 escolas de Educação Infantil e 24 escolas de Ensino Fundamental I e II.

O objeto de estudo foi Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), no município em que a pesquisa foi realizada, o documento foi implementado na Rede Municipal de Ensino no ano de 2013, com características semelhantes ao documento utilizado pela instituição especial APAE.

Nomeado com PDI, o documento está em sua 3ª versão e conta com informações relacionadas ao aluno, uma breve história de sua trajetória de vida, entrevista com responsável familiar, com detalhamento de todas as metas e estratégias elaboradas, para serem trabalhadas no decorrer do bimestre no ano escolar.

O documento no Ensino Fundamental aborda as disciplinas vigentes respeitando o currículo escolar como: Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática, Ensino Religioso. Enquanto que na Educação Infantil aborda os campos de experiência como o Eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Aspectos de formatação e elaboração do documento tornam -se relevantes quando vivenciados por professores que compreendem que o documento, sendo obrigatório permite que nele sejam anexados itens importantes como:

- o nome de todos os profissionais que atuam com a criança na capa do documento;
- um lugar próprio para relatar todo manejo e adaptação com o aluno no início e decorrer do ano letivo;
- existência do trabalho colaborativo entre professor regente e professor da sala de recurso.

3.2. Participantes

Os participantes deste estudo foram 30 docentes atuantes na Rede Municipal de ensino e que lecionam, especificamente, no Ensino Fundamental I.

3.3. Instrumentos

O estudo foi desenhado para a aplicação de um questionário, elaborado no *Google Forms*, com perguntas abertas e fechadas voltadas para o objeto de estudo que foi o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

As perguntas que fazem parte da pesquisa foram elaboradas pela autora juntamente com a orientadora do curso de pós-graduação. O documento investigado foi elaborado pela equipe do Centro CEMAE e encontra-se atualmente em sua 3ª versão.

É importante ressaltar que o PDI é obrigatório para todas as instituições de ensino. Tal documento respalda o aluno em sua trajetória acadêmica e também a escola, que cumpri com seu papel educativo legal.

Por meio das perguntas buscou-se entender a percepção e o conhecimento docente em torno do PDI, se eles já preencheram o documento, se tiveram ou têm dúvidas, quais foram estas, bem como os principais desafios e se houve auxílio no decorrer do seu preenchimento.

3.4. Coleta de dados

Em um primeiro momento, solicitou-se a aprovação do projeto e a sua posterior aplicação junto aos docentes para a Secretaria de Educação do município participante.

Após o aceite, foi disponibilizado o questionário em formato digital via *Google Forms*, para todos os educadores que atuam no Ensino Fundamental I. O questionário ficou disponível para preenchimento de 01 a 28 de fevereiro, totalizando 28 dias.

3.5. Análise de dados

Com os dados coletados na pesquisa *online*, a análise foi realizada com o intuito de obter informações que permitiram responder à questão que norteia o presente estudo, bem como, as facilidades e dificuldades na elaboração e preenchimento do PDI.

Para tanto, realizou-se análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de comunicação que analisa os dados coletados por meio de entrevistas, questionários, observação e documentos, visando a classificar em temas ou em categorias para melhor compreensão do tema pesquisa. Essa compreensão é obtida a partir de uma leitura flutuante e de emersão dos documentos pesquisados na revisão bibliográfica e na análise documental, criando síntese analítica para classificação e categorização a fim de se interpretarem os dados colhidos.

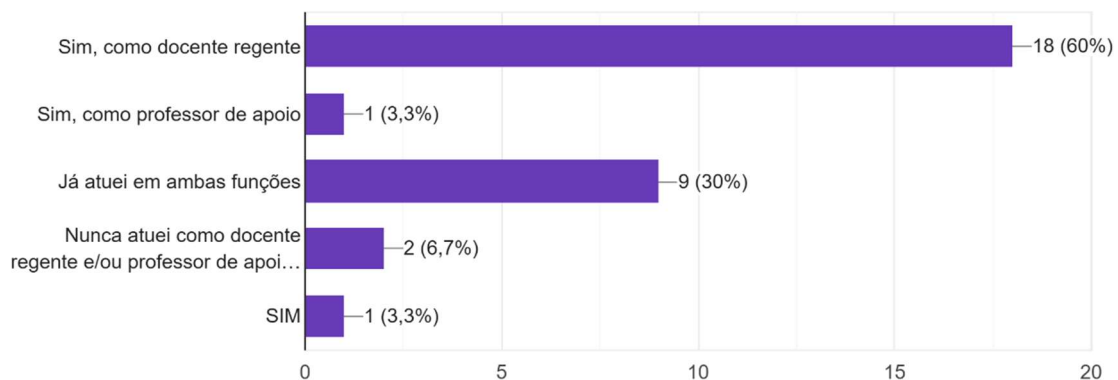
SEÇÃO 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados abaixo, os principais resultados obtidos com a coleta de dados. Para tanto, elaborou-se categorias de análise para a posterior discussão dos dados.

4.1. Atuação junto ao público-alvo da Educação Especial (PAEE)

Ao longo dos últimos 34 anos, o movimento de inclusão escolar se solidificou, ampliando exponencialmente o número de matrículas na rede comum de ensino. Diante deste crescimento, os participantes foram questionados acerca da atuação ou não junto a estudantes PAEE, os resultados obtidos estão descritos na Figura 1.

Figura 1. Atuação junto a estudantes PAEE



Fonte: Elaborada pela autora, 2025

De acordo com a Figura 1, pode-se observar que 18 docentes responderam ter tido contato enquanto regente da turma, nove participantes indicaram ter tido contato enquanto docente regente e professor de apoio, um teve contato apenas como professor de apoio, e dois indicaram nunca terem atuado com estudantes PAEE.

No ano de 2008, a chamada Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva foi implantada em nosso país, tendo por objetivo orientar a inserção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em nossos sistemas de ensino, seja ele público ou privado, de forma a proporcioná-los o acesso a diversos meios de conhecimento, com plena participação e aprendizagem na educação comum (Bassi; Brito & Neres, 2020).

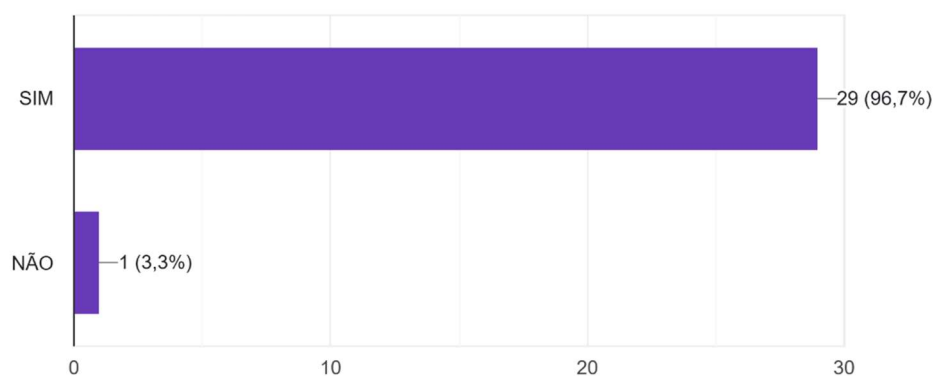
Os dados de 2022 indicam 914.557 mil matrículas no Ensino Fundamental (IBGE, 2023), o que indica o crescimento exponencial significativo nas matrículas realizadas na rede regular de ensino. Esse dado nos leva a considerar que o contato com estudantes PAEE só tende a ser frequente daqui para frente, uma vez que eles chegaram e estão frequentando a escola comum.

Outro elemento investigado junto aos docentes foi o conhecimento e as percepções em torno do PDI. Como já indicado, trata-se de um documento que orienta todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem do aluno diante de suas particularidades, habilidades, potencialidades e dificuldades. Tal documento passou a ser obrigatório por meio do artigo 28, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Diante disso, os participantes foram questionados acerca do conhecimento que apresentavam ou não do PDI. A Figura 2 apresenta quantitativamente as respostas obtidas.

4.2. Conhecimento do Plano de Desenvolvimento – PDI na escola

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é um documento muito importante na escola. Ele serve como um norte, descreve os objetivos, as metas e as ações que a instituição escolar pretende realizar ao longo de cada bimestre no decorrer do ano letivo. Conhecer a existência do PDI e seu preenchimento na escola é fundamental, pois ele ajuda a orientar as atividades a serem desenvolvidas por cada criança de acordo com suas particularidades, garantindo que todos estejam alinhados com os objetivos estabelecidos para aquela criança.

Figura 2. Conhecimento acerca da existência do documento PDI



Fonte: Elaborada pela autora, 2025

Conforme apresentado na Figura 2, 29 docentes responderam ter conhecimento da existência do documento e apenas um professor demonstrou desconhecer o Plano Desenvolvimento Individual. No entanto, as dificuldades que a escola têm enfrentado para colocar em prática a inclusão escolar ainda sobrepõe a intencionalidade do profissional de elaborar um documento, que permeia a educação em todos os âmbitos.

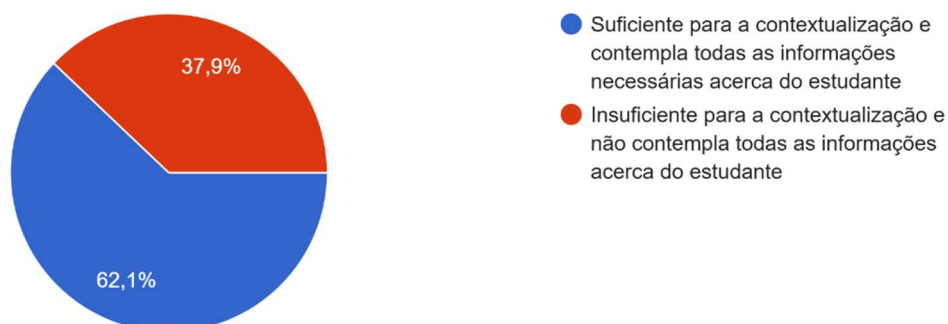
Presume-se, então, que a educação na perspectiva inclusiva, ao apregoar o reconhecimento às diferenças, implica em oferecer condições favoráveis ao processo educacional desse alunado, fundamentado em princípios pedagógicos que assegurem o respeito às diferenças. No entanto, “[...] dar igualdade de oportunidades nem sempre significa dispensar o mesmo tratamento. A escola deve ter por objetivo oportunizar o mesmo acesso, o que não significa oferecer sempre os mesmos meios” (Kassar; Goes, 2007, p. 60-61). A ideia de uma educação homogênea ou coexistente ainda é praticada no ambiente escolar o que desfavorece a inclusão em seu sentido amplo de levar em consideração as particularidades dos alunos PAEE.

Apesar dos docentes da amostra indicarem ter ciência do PDI, questionou-se o envolvimento deles no processo de preenchimento e entendimento da relevância documental, a legalidade implica a participação e o preenchimento de todos os profissionais que estejam envolvidos com o estudante PAEE. A Figura 3 apresenta os resultados obtidos.

4.3. Estrutura e preenchimento do documento em cada bimestre

O Plano de Desenvolvimento Individual – PDI é um documento elaborado por todos os profissionais que participam do ano escolar da criança. Ele inclui informações importantes da vida da criança como a entrevista dos pais, o histórico médico, atendimentos com especialistas e as metas elaboradas por cada bimestre.

Figura 3. Conhecimento acerca da preenchimento do documento PDI



Fonte: Elaborada pela autora, 2025

De acordo com a Figura 3, cerca de 62,1% dos profissionais da educação consideram suficientes as informações contidas no documento, em contraponto, 37,9% da amostra consideram as informações contidas insuficientes.

Muitos dos planos individualizados apresentam estruturas diferentes, mas há questões que podem ser observadas na maioria deles, como: “[...] nome, idade, quanto tempo está na escola, aprendizagens já consolidadas, dificuldades encontradas, objetivos para este aluno, metas e prazos, os recursos ou adaptações curriculares utilizadas e os profissionais envolvidos na elaboração do plano” (Glat; Vianna; Redig, 2012, p. 85). Mesmo com todas as indagações em relação ao preenchimento e construção, o documento torna-se válido e necessário quando bem construído e elaborado de acordo com a realidade do educando. O quadro abaixo indica as falas dos participantes a partir da pergunta anterior.

Quadro 1. Informações contidas no PDI

PARTICIPANTES	FALAS ILUSTRATIVAS
P1	O PDI não contempla esse campo. Geralmente oriento o professor a escrever no campo de observação no final do documento.
P2	Campo para preenchimento do período de adaptação
P3	Falta, por exemplo, considerar as habilidades que o estudo possui integralmente e a partir daí o sistema permitir que planejamento, avaliações externas sejam realmente adaptadas e que os profissionais que o acompanham sejam verdadeiramente capacitados.
P4	Poderia ser mais sucinto
P5	O PDI que foi repassado no início, continha informações que não eram pertinentes para o desenvolvimento dos alunos.
P6	O modelo utilizado era engessado
P7	Na pasta do aluno é anexado um relatório da professora da sala de recurso, da professora regente e da professora de apoio. Porém, não há um momento de diálogo entre as partes durante a construção do PDI. Creio que as informações no PDI ficam insuficientes, pois a estratégia da construção do mesmo ocorre de forma isolada entre os profissionais.
P8	Preciso saber especificações e habilidades que vão sendo descobertas com o contato diário.
P9	Necessário informações de outros profissionais da escola para ampliar ainda mais informações necessárias para o ensino adaptado aquele aluno específico.
P10	Adequação à realidade

Fonte: Elaborada pela autora, 2025

O documento utilizado no município participante foi desenhado para que a vida escolar do aluno seja contemplada com informações que contemplem desde a gravidez, nascimento, desenvolvimento motor e cognitivo, relatórios e acompanhamentos médicos e todo histórico

escolar da criança a partir de sua entrada no ambiente escolar. Visto que aborda diferentes áreas, o documento permeia desde sua construção a importante relação de parceria entre todos os envolvidos no processo, incluindo professores, especialistas e família.

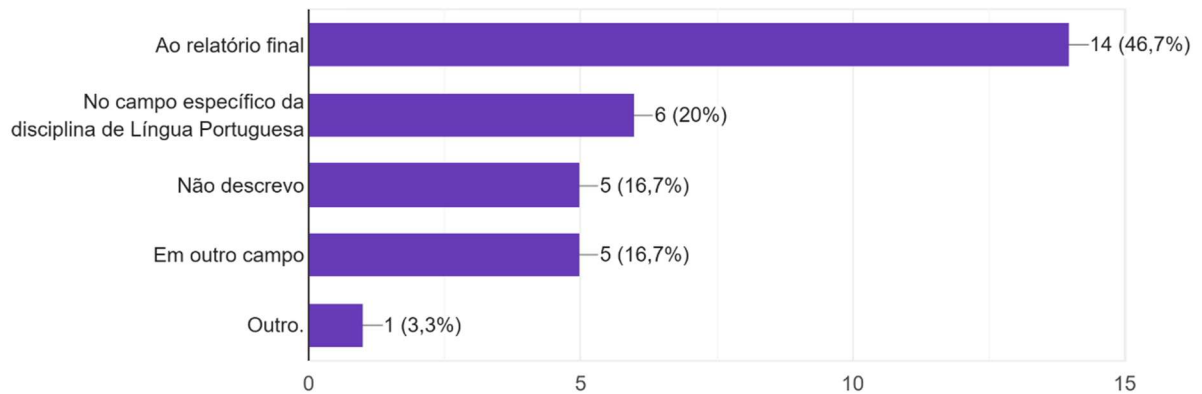
Para além da construção e elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), no início do ano letivo, o professor precisa receber o estudante PAEE que adentra a escola adaptando-o à sua nova rotina, novos monitores e/ou professores de apoio. Para esse momento é pensada toda adaptação incluindo a sala de aula, os horários, o manejo, o reconhecimento do espaço e das pessoas que nela transitam.

4.4. Período de adaptação e manejo

O período de adaptação é um momento importante para que a criança com deficiência sinta-se acolhida, segura e confortável no ambiente escolar. Geralmente, esse período varia de acordo com a criança, suas necessidades e seu ritmo, podendo durar algumas semanas ou alguns meses. Durante esse tempo, a escola precisa oferecer um acompanhamento individualizado, com atividades que promovam a integração, o vínculo com os professores, monitor e colegas, além de respeitar o tempo de cada criança para se adaptar ao novo ambiente.

Em consonância, tem-se o manejo da criança com deficiência que envolve estratégias específicas para garantir seu bem-estar, inclusão e desenvolvimento. Isso inclui a adaptação do espaço físico, uso de recursos pedagógicos adequados, apoio de profissionais especializados (como professores de apoio ou terapeutas), além de uma comunicação clara e acolhedora com a criança e sua família. É fundamental que a escola promova um ambiente inclusivo, respeitando as diferenças e estimulando a participação de todos. Os participantes foram questionados acerca destes aspectos – adaptação e manejo -, bem como se essas informações eram descritas no PDI.

Figura 4. Localização das informações sobre período de adaptação e manejo



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Conforme apresentado na Figura 4, o total de 14 professores registraram o período de adaptação do aluno no relatório final, outros seis informaram que utilizam o campo específico da língua portuguesa como local de registro. Enquanto que cinco docentes disseram não realizar nenhuma forma de registro e outros 6 utilizam outro campo para tal preenchimento. O quadro abaixo apresenta as falas ilustrativas dos participantes.

A adaptação é o primeiro passo para proporcionar aprendizagem qualificada ao aluno portador de alguma deficiência. O período de adaptação e manejo tem grande importância no processo de inclusão do aluno no início e no decorrer do ano letivo. Várias estratégias podem ser utilizadas para ampliar o engajamento do aluno no ambiente e o interesse dele na realização de todas as atividades propostas na rotina elaborada exclusivamente para ele. As oportunidades de interação em diferentes contextos devem ser experimentadas e conhecidas pela criança para que construa uma comunicação saudável e vivencie o ambiente escolar de forma agradável.

O Plano de Desenvolvimento Individual – PDI deve oportunizar em lugar adequado e propício para apresentação de todas as estratégias formuladas na tentativa de oportunizar à criança ambiente acessível e propício para desenvolvimento de todas as habilidades planejadas, vencendo todos os obstáculos existentes, sejam eles, motor e cognitivo.

Quadro 2. Período de adaptação

PARTICIPANTES	FALAS ILUSTRATIVAS
P1	No final do PDI, escrevo adaptação e relato como foi seu processo de adaptação na sala ou escola. Em seguida faço os relatórios bimestrais. Mas seria bom um relatório antes das partes das metas daquele ano.
P2	No Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), as adaptações curriculares são as estratégias que consideram as necessidades de cada aluno com deficiência
P3	Normalmente, anexo as informações

P4	Não estou como professora regente deste público alvo há uns 5 anos.
P5	Ao final de cada bimestre
P6	Ao final do 1º bimestre

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O quadro apresenta a disparidade de locais onde os profissionais frequentemente registram e/ou demonstram como foi vivenciado pelo aluno o período de adaptação e manejo, seja ele no início do ano ou no decorrer dele, quando são criadas diferentes estratégias para diversos momentos.

Ressalta-se, então, a necessidade de o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ser construído por todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem do estudante PAEE. É importante salientar que o documento possui diferentes áreas em que todos podem contribuir com a construção, planejamento e elaboração de estratégias que possibilitem o avanço no ano escolar atual. Portanto, espera-se que sua elaboração seja feita de forma colaborativa e interdisciplinar.

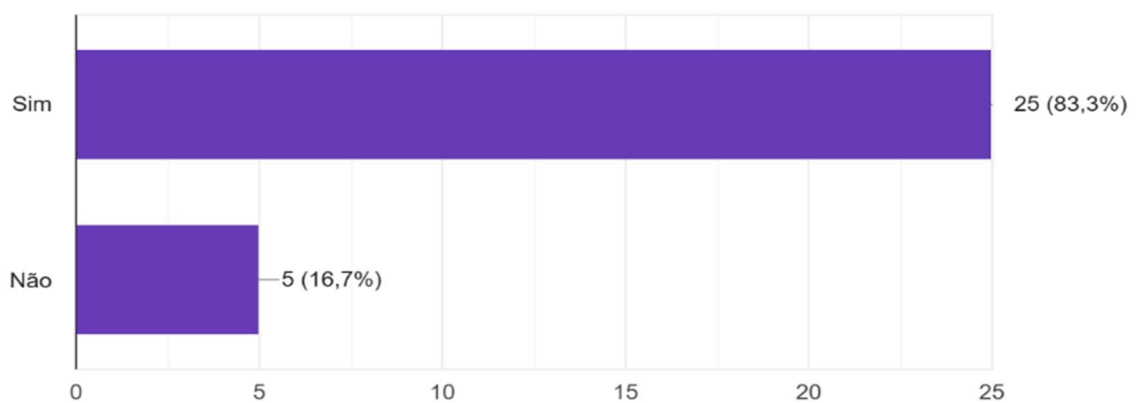
Outro ponto de destaque volta-se para a assinatura desses profissionais na capa do documento, esta faz-se necessária devido ao registro de ciência, corresponsabilidade e comprometimento com a execução das ações propostas. Tal medida assegura a legitimidade do plano e garante o acompanhamento contínuo e integrado do desenvolvimento do estudante. A instituição de ensino deve garantir tempo e espaço adequados para a elaboração, revisão e acompanhamento periódico do PDI, com a devida escuta da equipe pedagógica, da família e do próprio estudante. Abaixo, os participantes indicaram se consideravam necessário identificar no cabeçalho do documento o nome de todos os professores envolvidos. A Figura 5 apresenta as respostas obtidas quantitativamente.

4.5. Envolvimento eficiente durante todo processo de preenchimento

Para garantir um trabalho bem-sucedido, é fundamental que todos os profissionais envolvidos estejam engajados, comunicando-se de forma clara e colaborativa ao longo de todo o ano letivo. Isso inclui professor regente e especialistas como educação física e artes, profissionais de apoio, terapeutas, supervisores e familiares. Um envolvimento eficiente significa que cada um conhece suas funções, responsabilidades e contribuições, atuando de forma coordenada para atender às necessidades da criança com deficiência. Já o envolvimento

eficaz implica que as ações realizadas realmente promovam o desenvolvimento da criança, inclusão e bem-estar dela em todo ambiente escolar, alcançando os objetivos e metas elaborados para cada bimestre. Para isso, é importante promover reuniões periódicas, compartilhar informações, planejar ações em equipe e valorizar a troca de experiências. Assim, todos trabalham alinhados, garantindo um ambiente mais inclusivo, acolhedor e que favoreça o crescimento de cada criança.

Figura 5. Importância de todos os profissionais envolvidos no preenchimento do PDI



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

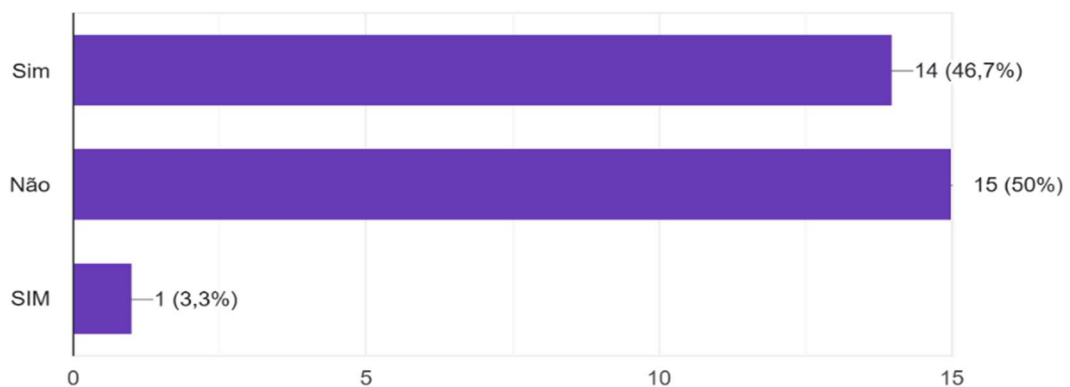
Conforme descrito no gráfico, cerca de 83,3% dos profissionais pesquisados concordam que o nome de todos os profissionais deve constar na capa do documento. Uma minoria de apenas 16,7% julga desnecessário o preenchimento. Os profissionais envolvidos devem trabalhar conjuntamente para que todas as estratégias elaboradas em prol do aluno aconteçam comumente com o trabalho colaborativo de forma real e objetiva.

O conhecimento acerca das potencialidades, habilidades e dificuldades do aluno PAEE por si só já é um desafio para os profissionais que recebem o aluno no início do ano. O preenchimento do documento e todas as suas particularidades requer conhecimentos acerca do aluno e do diagnóstico apresentado pelos pais à escola. Diante disso, a amostra foi investigada com relação ao preenchimento e se todos conseguiram elaborar com conhecimento e segurança. As respostas estão detalhadas abaixo.

4.6. Segurança e conhecimento do documento em sua totalidade

Conhecer o PDI garante que todos os profissionais estejam alinhados às diretrizes da instituição e possam atuar de forma segura e eficaz. Para isso, é importante que a equipe escolar que lida diariamente com a criança esteja familiarizada com o conteúdo do PDI, compreendendo suas metas, procedimentos e responsabilidades e as dificuldades e particularidades do educando. Além disso, a segurança deve estar sempre presente, garantindo que as ações planejadas sejam realizadas de forma ética, responsável e protegendo o bem-estar de todos os envolvidos. A escola pode oferecer momentos de formação e atualização sobre o PDI, além de manter o documento acessível a toda equipe, para consulta sempre que necessário. Assim, todos poderão atuar com segurança, conhecimento e comprometimento.

Figura 6. Segurança durante todo processo de preenchimento do PDI



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Conforme dados apresentados acima, nota-se uma igualdade nos resultados em relação ao conhecimento e segurança no preenchimento do documento. Cerca de 46,7% dos professores disseram sentir-se seguros com o processo, enquanto que outros 50% julgaram-se inseguros no decorrer do preenchimento. Para os participantes que indicaram não ter conseguido realizar, foi solicitado a indicação do motivo e/ou justificativa, as respostas obtidas estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 3. Desafios no preenchimento do PDI

PARTICIPANTES	FALAS ILUSTRATIVAS
P1	Falta de PDI anterior. Falta de comunicação entre a escola atual e a anterior.

P2	Como supervisora, nunca atuei diretamente como professora regente ou de apoio com estudantes do PAEE. Meu trabalho é articular o atendimento com a rede de apoio, família, orientar e elaborar junto com os professores o PDI. Percebo que nem sempre a criança faz as terapias necessárias, nem sempre é possível realizar estudos de caso para recebermos orientações e alguns professores não sabem fazer o plano.
P3	Sentia dificuldade em colocar as metas que a criança deveria alcançar: Caso 1: a criança não estava no nível das outras crianças. Caso 2: a criança estava no mesmo nível que as demais e acompanhava a turma.
P4	Falta de formação, embasamentos teóricos...
P5	Algumas informações não dependem da minha observação ou atuação
P6	Sinto falta de maiores informações, ajuda e acompanhamento na hora do preenchimento.
P7	Era algo novo, quase não havia explicação para professores que não tinham formação para educação especial. Além de que, o PDI que vinha para ser preenchido pelo professor era sempre confuso, com informações que pouco ajudavam no desenvolvimento do trabalho com os alunos.
P8	Algumas questões eu precisava de melhor conhecimento
P9	Insegurança e falta de conhecimento concreto.
P10	Na época em que atuei na educação de um menino autista não havia registros específicos como nos dias atuais.
P11	Por não ter propriedade do assunto
P12	Pouca compreensão dos campos como metas e especificidades, falta de apoio e esclarecimento da equipe orientadora.
P13	Pois o preenchimento é realizado pelo professor regente, seria importante os professores especializados realizarem juntamente.
P14	Falta de cursos de qualificação

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é um desafio para todos os profissionais envolvidos em seu preenchimento, sendo comum sentir dificuldades ao definir metas, identificar pontos de melhoria ou estabelecer ações concretas. A reflexão em relação ao processo é necessária para estabelecer as habilidades, potencialidades, dificuldades e etapas da construção e aplicação das metas estabelecidas e o que almeja alcançar com a criança. Ela deve estar inserida em um ambiente escolar propício ao seu desenvolvimento e condicionada ao verdadeiro sentido da inclusão, o de ter acesso a todas as estruturas e respeito às suas particularidades. Para Mantoan (2003), na base de tudo está o princípio democrático da educação para todos:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (p.22).

Além de uma inclusão real e eficiente, a escola precisa compreender que o PDI é um documento obrigatório e com funcionalidade quando utilizado da forma correta. Por meio das falas apresentadas acima, entende -se que muitos não compreendem a responsabilidade envolvida no processo de inclusão escolar, uma vez que por mais que o estudante seja responsável da escola, ainda assim, ele é diretamente responsável do professor regente, ou seja, a fala do P5 “Algumas informações não dependem da minha observação ou atuação” – não pode ser considerada de forma efetiva, uma vez que toda e qualquer ação junto ao estudante PAEE precisa ter a troca de informações com o docente regente. Em contrapartida, muitos docentes indicaram, por meio de suas falas, que existe a necessidade de ressignificar a parceria no movimento de elaborar o PDI, no qual deve contar com a participação de todos, inclusive dos professores da área de Educação Especial.

Nesta mesma perspectiva discursiva, outro ponto de investigação foi a troca dialógica entre professor regente/apoio e professor de AEE. Os participantes indicaram se existe ou não essa troca, as respostas obtidas estão descritas abaixo.

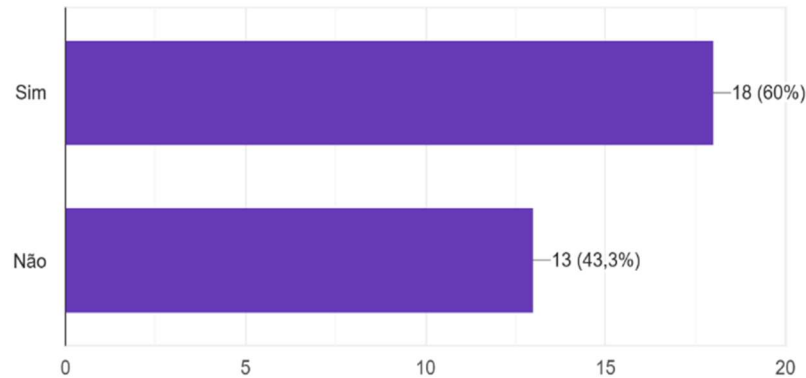
4.7. Diálogo entre professor regente e professor de sala recurso

Um diálogo eficiente é fundamental para garantir uma colaboração harmoniosa e o sucesso do atendimento aos estudantes com necessidades específicas no ambiente escolar. Para isso, é importante que o professor regente, especialista e principalmente da sala de recurso mantenham uma comunicação clara, aberta e constante, sempre alinhada às metas do PDI. O planejamento conjunto possibilita que todos acompanhem o processo do aluno e explorem comumente as metas estabelecidas em cada bimestre. O compartilhamento de informações e o diálogo são fundamentais para que as informações sejam repassadas em tempo hábil.

O contexto brasileiro apresenta grande demanda de formação de profissionais para fazer frente a uma política educacional de inclusão escolar, “[...] uma das principais barreiras para a efetiva inserção dos alunos deficientes no sistema regular de ensino, é o despreparo dos professores para receber esta clientela” (Sampaio; Sampaio, 2009, p.18).

Com um número representativo de matrículas de alunos PAEE na escola regular, a necessidade de formação, adequação e adaptação torna-se fundamental para que o professor consiga desenvolver um bom trabalho com todos os alunos da turma. O diálogo eficiente entre o professor regente e a sala de recurso torna -se necessário, já que o aluno frequenta ambos ambientes tendo metas e objetivos a serem alcançados.

Figura 7. Diálogo entre docentes na escola no preenchimento do PDI



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O envolvimento de todos os profissionais na elaboração do PDI é fundamental para garantir que o planejamento seja realmente eficaz e alinhado à necessidade do aluno. Quando todos participam, há uma troca de experiências e ideias que enriquecem o processo, além de promover uma conscientização acerca da responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento da criança. Cada um, seja o professor regente, especialista ou do atendimento educacional traz uma perspectiva única, contribuindo com estratégias específicas e informações importantes sobre o desempenho e as dificuldades do aluno. Dessa forma, o PDI se torna um documento colaborativo, mais completo e personalizado, refletindo o compromisso de toda a equipe com o sucesso dos estudantes.

De acordo com os dados apresentados no gráfico, cerca de 60% dos entrevistados descrevem que o diálogo entre o professor regente e o docente responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) acontece entre as partes, enquanto 43,3% alegam que o diálogo é inexistente.

Essa comunicação é de extrema importância para garantir que as estratégias de ensino sejam elaboradas e alinhadas de acordo com às necessidades específicas dos estudantes, promovendo assim, uma aprendizagem mais inclusiva e eficaz, que respeita suas habilidades, dificuldades e especificidades. Essa troca de informações fomenta o trabalho colaborativo e ajuda a planejar ações conjuntas, acompanhando o progresso das crianças ajustando as abordagens pedagógicas sempre que necessário.

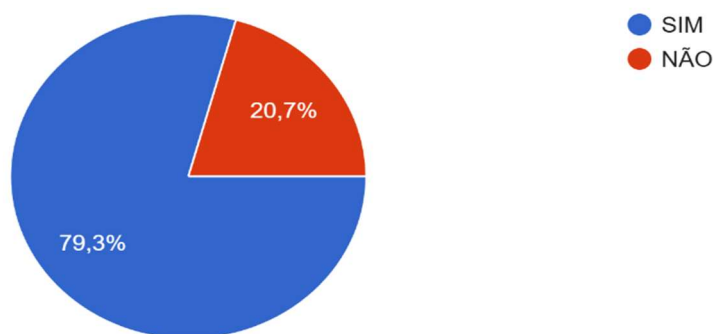
O trabalho colaborativo na Educação Especial, ou ensino colaborativo, é uma estratégia pedagógica em que professores da Educação Especial e professores de sala de aula regular trabalham juntos, de forma articulada, planejam, executam e avaliam todo o processo de ensino

e de aprendizagem de estudantes, eliminando barreiras para todo e qualquer estudante, independente dele vir a apresentar deficiências (Mendes et al., 2023).

Somado a isto, tem-se alguns elementos que são fundamentais no processo de estruturação e conscientização em torno do ensino colaborativo: paridade, espírito de equidade, tomada de decisões mútuas, sem hierarquias, papéis bem definidos e que planejam, executam e avaliam conjuntamente (Mendes et al., 2023).

Acredita-se que o ensino colaborativo seja uma forma de aproximação entre docentes, com trocas de experiências (com práticas exitosas ou não), unicidade nas propostas, eliminação de hierarquias e afins. São esses elementos que corroboram para o processo de inclusão escolar se efetivar (Mendes et al., 2023). Em consonância, a amostra foi inquirida a responder sobre a possibilidade de troca de conhecimentos e intervenções por meio do diálogo. Os resultados estão descritos na figura abaixo.

Figura 8. Diálogo eficiente



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

De acordo com a amostra, 79,3% indicou existir sim um diálogo entre docentes – regentes e especialistas da área de educação especial -, enquanto que outros 20,7% disseram que não. É sabido que o diálogo e o estabelecimento relacional são complexos e demandam gastos de energia de ambas as partes, bem como tempo disponível, no entanto, o percentual observado demonstra a existência e a tentativa de relacionar compartilhando saberes, desafios, angústias e experiências.

A parceria ou colaboração visa um objetivo comum, que é a aprendizagem dos alunos e que depende do voluntarismo. Os docentes especialistas devem se dedicar a toda a turma, não somente aos estudantes PAEE. Da mesma forma, a divisão de funções deve ser de tal forma que haja solidariedade e cooperação entre ambas as partes. Com uma relação mais equilibrada, com conceito de equidade.

Acredita-se que quando professores, profissionais de apoio, familiares e a equipe escolar trabalham juntos, eles conseguem criar um ambiente mais inclusivo, acolhedor e adaptado às necessidades específicas de cada criança. Essa parceria permite o planejamento de estratégias mais eficazes, o compartilhamento de informações importantes e o acompanhamento mais próximo do desenvolvimento do aluno. Assim, o trabalho colaborativo promove uma aprendizagem mais significativa, favorece a autonomia e contribui para o bem-estar emocional do estudante, tornando a experiência escolar mais positiva e inclusiva. Partindo da proposta de obter o ensino inclusivo, leva-se em conta que o aluno tem a capacidade de compreender a si e os pares com maior interação, absorvendo o aprendizado de forma natural e ampla. Para que o objetivo seja alcançado, a parceria entre escola, família e especialistas que atendem a criança é fundamental para o desenvolvimento de todas as habilidades e competências no ambiente escolar. Quando existe elo entre todos os profissionais que cuidam dessa criança, um ambiente sólido de apoio é criado, favorecendo o crescimento acadêmico, emocional e social da criança ou do adolescente. A escola pode compartilhar informações e estratégias com a família, ajudando a entender melhor as necessidades do aluno. A família, por sua vez, tem papel de grande importância no reforço dos valores, incentivando o aprendizado e participando ativamente da vida escolar do filho. Já os especialistas, como psicólogos, assistentes sociais ou terapeutas, oferecem suporte especializado nos atendimentos e quando necessário, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento integral do aluno. Esse trabalho colaborativo garante que o estudante receba o cuidado e a atenção que precisa, promovendo um ambiente mais acolhedor, seguro e propício ao aprendizado.

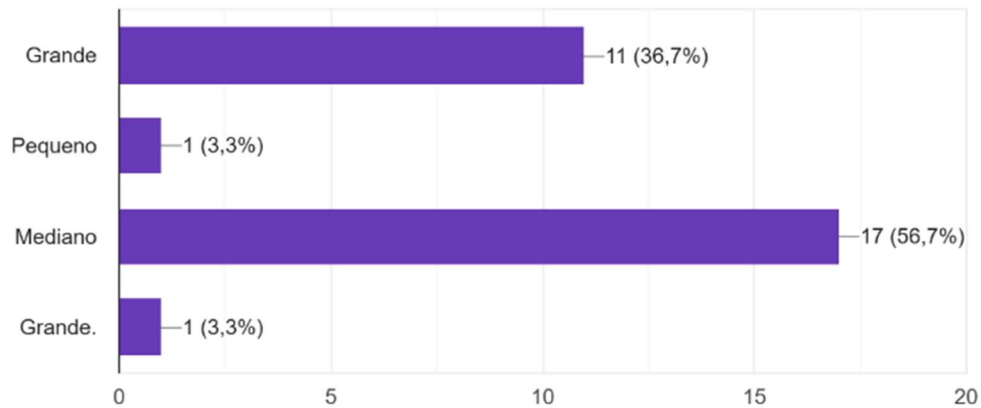
Outro ponto de discussão já indicado neste estudo, remete-se à legalidade do PDI, que respalda o estudante público-alvo da educação especial ao longo de toda a sua trajetória acadêmica. Trata-se de um documento robusto, que demanda a participação coletiva de todos os agentes envolvidos no processo educacional do aluno. No entanto, é sabido que o PDI não possui um modelo nacional a ser seguido, cada instituição educacional tem o seu modelo, na maioria das vezes, orientado por uma esfera governamental – estado ou município. Diante disso, os participantes foram questionados acerca do modelo utilizado no seu respectivo município de atuação, considerando a extensão do documento. As respostas estão descritas na Figura 9.

4.8. Extensão do documento

O Plano de Desenvolvimento Individual – PDI deve ser elaborado de forma a ser completo, mas também acessível e prático para facilitar sua elaboração, acompanhamento e

preenchimento. Sua extensão varia de acordo com a rede de ensino a que o aluno pertence priorizando informações importantes como a entrevista com a família, atendimentos médicos e terapias e as metas e objetivos elaboradas exclusivamente para o aluno.

Figura 9. Tamanho do PDI



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nota-se que cerca de 40% dos entrevistados classificam o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI com um documento grande enquanto cerca de 56,7% o consideram com tamanho mediano e apenas 3,3% o julgam pequeno.

Pode-se dizer que a elaboração do PDI propicia práticas de ensino adaptadas e personalizadas a partir de particularidades do aluno. Nesse sentido, Glat e Plestch (2013) mencionam que a elaboração do PEI envolve diferentes etapas: identificação, avaliação e intervenção. Assim, com o propósito de conhecer o nível de desenvolvimento escolar do aluno com deficiência, constitui-se o inventário de habilidades escolares, o qual requer ser elaborado, aplicado e avaliado por conter pistas sobre as habilidades existentes e as em processo, elucidando elementos relevantes na constituição do PDI.

Portanto, ressalta-se que na educação este documento é de suma importância, seja para auxiliar os profissionais envolvidos no processo a criar uma estratégia estruturada, seja para promover melhorias na qualidade do ensino e no aprendizado dos estudantes. Busca estabelecer metas claras, ações específicas e recursos necessários para fortalecer a educação de forma contínua e planejada. Dessa forma, o plano contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a melhoria dos resultados educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou conhecer e analisar o processo de elaboração, construção e operacionalização do PDI em uma rede Municipal de Ensino, a fim de identificar através da pesquisa quais melhorias podem ser acrescentadas e disponibilizadas no documento, para corroborar em seu preenchimento.

Os dados coletados apresentaram resultados satisfatórios em relação ao conhecimento da existência do documento e de sua elaboração. Grande parte da amostra indica reconhecer a importância e os critérios de sua elaboração, de acordo com a realidade de cada estudante. No entanto, não são todos que informam ter destreza no processo de preenchimento, nem na compreensão da responsabilidade existente para com o aluno.

Ressalta-se a relevância da troca dialógica entre docentes regentes e especialistas da área de Educação Especial, no qual trocam informações e estabelecem colaboração para melhorar o movimento de inclusão escolar, principalmente com relação à efetivação do PDI.

Entretanto, observa-se determinada insegurança com relação ao convívio, ensino, método e preenchimento/desenvolvimento do PDI, por parte dos docentes participantes, isso pode ser explicado de diferentes perspectivas, como por exemplo, a falta de formação continuada para a área, ou mesmo a ausência constante de profissionais da área de educação especial atuando em colaboração, uma vez que não existem recursos humanos suficiente para toda uma demanda da rede municipal.

Desse modo, compreende-se que a inclusão não é apenas uma questão documental, com lacunas a serem preenchidas, ou a realização de adaptação de materiais ou espaços, mas sim a mudança de atitudes, reflexões acerca das práticas pedagógicas inclusivas e o estabelecimento de políticas inclusivas voltadas para as instituições escolares. Para além disso, torna-se fundamental reconhecer que o sucesso da inclusão depende do compromisso de toda a comunidade escolar, do apoio de profissionais externos e também do envolvimento da família, sendo um processo contínuo para todos.

Partindo disto, ressalta-se a necessidade de aprimorar os estudos referentes ao PDI no município, tendo por finalidade a validação e otimização na sua aplicabilidade. Sugere-se, então, para investigações futuras, o aprimoramento do instrumento utilizado neste estudo, com indicação de melhorias em sua estrutura, com o objetivo de incentivar a produção real do PDI de forma colaborativa, assim como a avaliação fidedigna dos estudantes PAEE. Por fim, acredita-se que o envolvimento de todos os agentes no processo de reestruturação do documento torna o caminho mais efetivo.

REFERÊNCIAS

BASSI, T.M.S.; BRITO, V.M.; NERES, C.C. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, v.24, n.esp.2, p.1015-1034, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de out. 1988.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Lei Nº13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 de jul. 2015.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatísticas**. O Brasil tem 18,9 milhões de pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/estatisticas> acesso em: 25 jan 2025.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2009.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, v. 34, p. 79-100, 2012.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Itabirito (MG). Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabirito.html>. Acesso em: 15 jan. 2025

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C.; GÓES, M. C. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 49-68.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E.G.; VILARONGA, C.A.R.; ZERBATO, A.P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

SILVEIRA, M. M., & CÓRDOVA, F. **Metodologia do Trabalho Científico**. Editora Cortez, 2009.

SOUZA, E. M. **Plano de desenvolvimento individualizado**: adaptando o currículo escolar para os educandos com deficiência. São Paulo: Editora Educere, 2017.

APÊNDICE

Questionário enviado aos docentes via Google Forms

1. Você conhece o documento Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)? Sim ou não?

2. Você já atuou como docente regente ou de apoio junto a um estudante público-alvo da educação especial (PAEE)?
 Sim, como docente regente.
 Sim, como professor de apoio.
 Já atuei em ambas funções.
 Nunca atuei como docente regente e/ou professor de apoio junto a estudantes PAEE.

3. Durante o preenchimento do PDI você conseguiu elaborar com conhecimento e segurança o documento completo? Sim ou não?

4. Se não conseguiu na pergunta anterior, indique o(s) motivo(s) abaixo.

5. Com relação a extensão do PDI, você o considera:
 Grande.
 Pequeno.
 Mediano.

6. Com relação as informações contidas no documento, você considera:
 Suficiente para a contextualização e contempla todas as informações necessárias acerca do estudante.
 Insuficiente para a contextualização e não contempla todas as informações acerca do estudante.

7. Se sua resposta anterior for que o PDI apresenta informações insuficientes, indique abaixo o que falta.

8. Em qual parte do documento você descreve o período de adaptação do aluno no início do ano:

- No relatório final.
- No campo específico da disciplina de Língua Portuguesa.
- Não descrevo.
- Em outro campo.

9. Se você descreve em outro campo, indique abaixo qual seria.

10. Você considera necessário indicar no cabeçalho do documento o nome de todos os professores envolvidos na elaboração? Nesta perspectiva, inclui-se os professores especialistas (aulas especializadas)? Sim ou não?

11. Existe diálogo entre o professor regente/apoio com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) – Sala de Recursos? Sim ou não?

12. Se sim, este diálogo possibilita troca de conhecimentos, intervenções e auxília na construção? Sim ou não?

13. Descreva em poucas palavras o que você julga ser necessário inserir no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), considerando aspectos que possam melhorar o seu preenchimento.